



Não somos Deus: Por uma superação da Racionalidade Econômica tecnocrática

Ruan de Oliveira Gomes

Resumo: Este trabalho analisa o paradigma tecnocrático na *Exortação Apostólica Laudate Deum*, do Papa Francisco, com ênfase em sua crítica à racionalidade econômica dominante. O objetivo é evidenciar como o pontífice denuncia uma concepção de progresso centrada na eficiência, na acumulação e no crescimento ilimitado, sustentada por uma lógica instrumental que reduz o ser humano a consumidor e a natureza a recurso. A metodologia é de cunho hermenêutico, com base em análise textual da Exortação e documentos correlatos. Francisco propõe uma reconfiguração dos fundamentos do desenvolvimento, criticando a aliança entre ciência, técnica e mercado que desconsidera as consequências sociais, culturais e humanas. Como conclusão, defende-se que sua crítica ao paradigma tecnocrático representa um chamado ético à superação de uma racionalidade econômica autônoma e autorreferente, em direção a uma economia que não exclua ou mate e sirva verdadeiramente à dignidade humana e ao bem comum.

Palavras-chave: Papa Francisco. Paradigma tecnocrático. Progresso. Técnica. Racionalidade econômica.

Abstract: This paper analyzes the technocratic paradigm in Pope Francis's Apostolic Exhortation *Laudate Deum*, with an emphasis on his critique of the dominant economic rationality. The aim is to demonstrate how the Pontiff denounces a conception of progress centered on efficiency, accumulation, and unlimited growth, sustained by an instrumental logic that reduces human beings to consumers and nature to a mere resource. The methodology is hermeneutical in nature, based on a textual analysis of the Exhortation and related documents. Francis proposes a reconfiguration of the foundations of development, criticizing the alliance between science, technology, and the market that disregards social, cultural, and human consequences. In conclusion, it is argued that his critique of the technocratic paradigm constitutes an ethical call to overcome an autonomous and self-referential economic rationality, moving toward an economy that neither excludes nor kills, but truly serves human dignity and the common good.

Keywords: Pope Francis. Technocratic paradigm. Progress. Technology. Economic rationality.

INTRODUÇÃO

“Por que falar de economia num congresso de teologia pastoral?” é a pergunta que nos fazemos já no início dessa comunicação. À primeira vista, pode parecer deslocado tratar de economia em um evento de teologia pastoral. Afinal, a economia é frequentemente percebida como um campo técnico, regido por números, estatísticas e decisões de mercado, enquanto a

teologia pastoral se ocupa, pensa-se, do cuidado espiritual, da escuta, do consolo e do acompanhamento das pessoas. No entanto, essa separação é ilusória. As condições materiais de vida e consequentes condições materiais para nossos esforços pastorais como o acesso ao alimento, moradia, trabalho, saúde e dignidade, estão profundamente entrelaçadas com a experiência da fé e com a prática pastoral. Ignorar a racionalidade econômica seria, portanto, ignorar uma das principais causas do sofrimento humano, especialmente entre os empobrecidos. Falar de economia na pastoral é, antes de tudo, uma exigência evangélica: é colocar a vida concreta no centro da missão da Igreja, reconhecendo que o Evangelho não se anuncia no vácuo, mas em contextos marcados por desigualdade, injustiça e exclusão.

Em tempos de profundas transformações sociais e econômicas, a missão pastoral da Igreja é desafiada a ir além do cuidado individual, enfoque individualista e assumir uma postura crítica diante das estruturas que afetam a vida. A economia, enquanto realidade concreta que organiza a produção, distribuição e consumo de bens, não pode ser considerada neutra nem separada da ética e da fé. Neste contexto, é urgente e necessário questionar os fundamentos de um sistema que frequentemente sacrifica vidas humanas em nome da eficiência e do lucro.

A lógica dominante coloca a racionalidade econômica como instância suprema de organização da sociedade, absolutizando suas leis como se fossem naturais e incontestáveis. Essa mentalidade transforma o mercado em uma espécie de “divindade”, exigindo sacrifícios contínuos. A teologia pastoral, comprometida com o cuidado e a defesa da vida, precisa denunciar essa idolatria e reafirmar que a economia deve estar a serviço do ser humano, e não o contrário.

Outro aspecto preocupante é distinguir entre dois paradigmas que hoje disputam o coração da sociedade: uma economia que mata, baseada na exclusão, competição e sacrifício dos frágeis; e uma economia da vida, fundamentada na solidariedade, no cuidado com a criação e na centralidade da dignidade humana. A pastoral, ao anunciar o Reino de Deus, se insere nesse conflito, chamada a ser sinal profético de uma nova ordem em que a vida plena seja possível para todos. A pastoral, ao anunciar o Reino de Deus, se insere nesse conflito, chamada a ser sinal profético de uma nova ordem em que a vida plena seja possível para todos.

A teologia pastoral é chamada a lembrar que o ser humano vale mais que sua produtividade e que o progresso sem o ser humano no horizonte não é progresso. É tarefa sua refletir sobre a prática pastoral que denunciem a lógica sacrificial do trabalho moderno e antecipem formas alternativas de pertença, cuidado e produção de sentido, onde a dignidade preceda a função, e o ser humano não seja mais visto como meio, mas como fim.

Iremos refletir nessa comunicação sobretudo sobre esse aspecto: o predomínio da racionalidade econômica de forma totalizante e o faremos por meio da *Laudate Deum*. Frente a isso, a teologia pastoral é chamada a se dar conta e lembrar que o ser humano vale mais que sua produtividade e que o progresso sem o ser humano no horizonte não é progresso.

1 O PARADIGMA TECNOCRÁTICO: DIAGNÓSTICO DA POLICRISE CIVILIZACIONAL

A Exortação *Laudate Deum* oferece uma das formulações mais precisas da crítica de Francisco ao modelo de civilização vigente: “o paradigma tecnocrático alimenta-se monstruosamente de si próprio” (LD, 21) e parece não se apresentar como um possível instrumento de desenvolvimento, mas sim como a chave da própria interpretação da existência. Esta frase encerra duas teses fundamentais que estruturam o pensamento e a crítica de Francisco à economia: (1) a ideia de que o paradigma tecnocrático, longe de se manter como instrumento, se tornou um fim em si mesmo, crescendo de forma autônoma e descontrolada. O que evidencia um aspecto econômico (LS, 106), pois essa lógica sustenta a fé cega no crescimento infinito e na eficiência como único critério de progresso; (2) a tese ainda mais grave de que a racionalidade técnico-econômica passou a ocupar o lugar do sentido último da vida humana, convertendo-se em matriz de interpretação (LS, 101) da realidade e construção subjetiva. Aqui aflora o aspecto ideológico, pois essa racionalidade se apresenta como se pudesse produzir sozinha a verdade, o bem e o sentido. A esse quadro soma-se o aspecto antropológico (LS, 105) da crítica: ao naturalizar essa lógica, o ser humano passa a conceber sua própria existência de modo distorcido, rompendo a harmonia com a realidade e contribuindo para sua ruína. Francisco, assim, não apenas denuncia um sistema, mas aponta para uma crise mais profunda na forma de habitar o mundo e de compreender o lugar do ser humano na criação.

A primeira tese, ao descrever o paradigma tecnocrático como algo que se alimenta de si mesmo de maneira “monstruosa”, indica uma perda de referências externas à técnica e consequentemente à racionalidade econômica: ela deixou de ser regulada por princípios éticos, finalidades humanas ou equilíbrio ecológico. Seu desenvolvimento não responde mais às necessidades humanas, mas à sua própria lógica interna de expansão, o que Francisco identifica como uma irracionalidade travestida de racionalidade. A técnica se fecha sobre si mesma, como um sistema autorreferencial que, ao invés de emancipar o ser humano, o reduz a um apêndice de sua própria operação. Nesse sentido, o “monstruoso” real aponta para o descontrole, a autonomização e o desequilíbrio intrínseco de um sistema que perdeu sua finalidade.

A segunda tese aponta que essa lógica técnico-econômica passou a definir o modo como compreendemos o mundo, o outro e a nós mesmos. Deixou de ser apenas uma ferramenta a serviço da vida e passou a funcionar como um filtro totalizante da realidade: só é considerado real aquilo que pode ser medido, calculado, explorado e convertido em valor. Essa lógica não apenas molda a percepção da verdade, como também mascara as implicações éticas do poder que a sustenta. Como alerta Francisco, “a decadência ética do poder real é disfarçada pelo marketing e pela informação falsa” (LD, 29). Esses mecanismos de dissimulação tornam-se ainda mais perigosos quando, como ele afirma, estão “nas mãos de quem tem maiores recursos para influenciar a opinião pública através deles” (LD, 29). Trata-se, portanto, de uma crítica contundente a um sistema que não apenas concentra poder, mas

também manipula os instrumentos de comunicação e senso comum para sustentar sua própria legitimidade.

Assim, a técnica, que originalmente deveria funcionar como uma mediação objetiva entre o ser humano e a realidade, transforma-se em uma verdadeira ontologia, isto é, em uma maneira totalizante de conceber o ser e o mundo.

Trata-se, no entanto, de uma ontologia da construção ilimitada, irrestrita e irrefreável: “aumentar para além de toda a imaginação o poder do homem, para o qual a realidade não humana é um mero recurso ao seu serviço” (LD, 22). Nesse horizonte, a natureza e todas as formas de vida são reduzidas a instrumentos funcionais, perdendo seu valor intrínseco. Com isso, não é exagero afirmar que a (i)rracionalidade do paradigma tecnocrático está enraizada em uma forma específica de razão: a razão instrumental¹. Trata-se então de uma racionalidade que não busca a verdade ou o bem, mas sim a eficácia, a funcionalidade e o controle.

Buscando tudo que lhe é útil, “tudo o que existe deixa de ser uma dádiva que se deve apreciar, valorizar e cuidar, para se tornar um escravo, uma vítima de todo e qualquer capricho da mente humana e das suas capacidades” (LD, 22). A razão, quando absolutizada, rompe com qualquer limite ético e paradoxalmente se converte em força destrutiva. A promessa de progresso se transforma em crise permanente.

Francisco denuncia esse reducionismo, apontando que a técnica, quando desvinculada de uma orientação ética e antropológica, tende a se tornar uma lógica autônoma e dominadora. A modernidade, ao absolutizar a dimensão técnica e operacional da razão, relegou outras dimensões fundamentais da vida humana, como o ético, o estético, o simbólico e o espiritual, a um segundo plano. Assim, o ser humano deixa de habitar o mundo como um espaço de sentido e passa a operá-lo como uma máquina. A crise, portanto, não está apenas no excesso de técnica, mas na perda do equilíbrio entre as diversas dimensões que compõem a existência humana. O paradigma tecnocrático rompe essa harmonia e impõe uma visão unilateral e empobrecida da realidade. A crítica do Papa Francisco, nesse sentido, não é apenas moral ou ambiental, mas ontológica: trata-se de restaurar a plenitude do ser humano e da criação contra a hegemonia de uma racionalidade funcionalista. Essa crítica é também epistemológica, pois o paradigma tecnocrático não é apenas um modo de produzir, mas um modo de conhecer, de se relacionar com o mundo. A natureza, os seres humanos e as relações sociais passam a ser compreendidos unicamente à luz da gestão, da performance e da produtividade, enquanto se eclipsam as dimensões éticas, afetivas e espirituais que são constitutivas da dignidade humana.

Essa crítica à absolutização da lógica econômica já estava presente, de forma germinal, na *Evangelii Gaudium*, quando Francisco afirmou com contundência: “esta economia mata” (EG, 53). A frase resume uma percepção que vai além da denúncia moral: trata-se do

1 Usamos a terminologia nos mesmos termos de Horkheimer e Adorno (1985), que compreendem a razão instrumental como uma racionalidade voltada ao controle e à eficiência, desvinculada de fins éticos ou emancipatórios.

reconhecimento de uma estrutura que exclui e descarta vidas humanas em nome da eficiência e do lucro. Não se trata apenas de más práticas ou falhas pontuais, mas de uma engrenagem sistêmica que necessita da desigualdade e da exploração para funcionar. A economia globalizada, regida por uma racionalidade puramente funcional, torna-se incapaz de acolher os frágeis, de proteger a criação e de sustentar vínculos verdadeiros.

Francisco insiste, assim, que o problema é de ordem radical e estruturante: não é possível humanizar um sistema cujo princípio organizador é a acumulação pela acumulação. Relembrar a *Evangelii Gaudium*, texto sobre a evangelização no contexto atual, neste ponto é recordar à pastoral que a proposta cristã é também uma alternativa antropológica: uma economia enraizada na dignidade, no cuidado e na justiça. Trata-se, portanto, de uma disputa civilizacional, em que o anúncio do Evangelho desafia não apenas consciências individuais, mas o próprio ordenamento do mundo.

Essa crítica revela uma intuição fundamental: a economia, longe de ser uma esfera neutra ou meramente técnica, impõe uma ontologia. A forma social organizada pela lógica da acumulação de valor transforma o mundo em mercadoria e reduz o ser humano à condição de força de trabalho abstrata. Nesse contexto, a razão econômica, sob a aparência de neutralidade e objetividade, carrega uma violência estrutural: ela absolutiza o mercado como critério último de valor e exclui tudo aquilo que não pode ser traduzido em termos econômicos, inclusive a pastoral que é quantificada em termos de eficiência e produtividade.

Uma digressão sobre o trabalho se faz oportuna aqui e isso em coerência com o magistério social de Francisco em seu princípio do terceiro “T”. A mediação do trabalho na modernidade é que sustenta a racionalidade econômica e mesmo o movimento liberacionista se articula, ainda que criticamente em torno da mediação social do trabalho. É o trabalho, em sua forma abstrata e compulsória, que organiza a vida social moderna. E, ao ser o eixo dessa organização, torna-se também o principal vetor de subjetivação.

Nesse contexto, o trabalho não é meramente uma atividade para satisfazer necessidades humanas, mas um fim em si mesmo, um imperativo moral, uma exigência ontológica. Não trabalhar é, para muitos, não existir². A forma social do trabalho se torna uma religião moderna, com seus próprios ritos (a produtividade), seus sacerdotes (os gestores), seus templos (as corporações), e suas penitências (o desemprego). O sujeito moderno vive, portanto, sob o signo da reificação: as relações sociais passam a ser mediadas por coisas, por contratos, por estatísticas. O ser humano se transforma em função: ele deixa de ser fim e se converte em meio, isto é, recurso humano, unidade de produção, consumidor-alvo. Reificação (*Verdinglichung*) é contra então a própria noção de dignidade humana: quando a própria subjetividade é absorvida por formas objetivas e opacas, naturalizadas e automatizadas. A Doutrina Social da Igreja tem que escolher qual bandeira abraçar e largar de uma vez por todas essa esquizofrenia doutrinária: ou proclama a absoluta dignidade humana ou proclama a absoluta necessidade de Trabalho.

2 Temos como horizonte de crítica ao Trabalho as ideias de Castro (2020).

Pensar uma pastoral à luz da forma moderna do trabalho exige uma virada epistemológica e teológica: é necessário reconhecer que a precarização da mediação social do trabalho não é apenas um dado sociológico, mas uma ferida espiritual. O trabalho, tal como instituído na modernidade capitalista, abstrato, compulsório, alienado, tornou-se a matriz dominante de subjetivação e organização da vida. Nossos planos pastorais urbanos, muitas vezes ainda centrados em categorias herdadas de um mundo industrial estável, não dão conta da fragmentação, da intermitência e da informalidade que marcam a experiência atual da classe trabalhadora.

A centralidade do “trabalho” como princípio de mediação social, inclusive em leituras cristãs de viés liberacionista, repensada à luz do princípio do terceiro “T” proposto por Francisco: trabalho digno, e não qualquer trabalho. Uma pastoral coerente com a Doutrina Social da Igreja não pode mais romantizar o sofrimento laboral ou espiritualizar a exploração. É urgente pensar atividades e programas que respondam ao desemprego estrutural, à uberização, à ansiedade produtiva e à reificação subjetiva não apenas com assistência, mas com espaços de recomposição simbólica, comunitária e espiritual. O desafio pastoral é criar comunidades que não apenas denunciem a lógica sacrificial do trabalho moderno, mas que também antecipem, em suas práticas e relações, formas alternativas de pertença, cuidado e produção de sentido, onde a dignidade preceda a função, e o ser humano não seja mais visto como meio, mas como fim.

2 “NÃO SOMOS DEUS”: A RESPOSTA DA ECOLOGIA INTEGRAL COMO NOVA HABITAÇÃO

A tradição cristã sempre entendeu a criação como um dom, não como um recurso. O paradigma tecnocrático rompe com essa compreensão ao transformar a natureza em objeto de manipulação e a vida humana em variável produtiva. Contra essa visão, Francisco em suas formulações sobre o Evangelho da Criação, recupera o sentido relacional da existência. Não somos donos da Terra, mas parte dela; não somos senhores da criação, mas criaturas entre outras, por não sermos Deus somos chamado ao cuidado.

Essa concepção é teologicamente radical: se Deus cria o mundo como dom gratuito, sua finalidade não é utilitária, mas relacional. Toda criatura tem valor intrínseco e está ligada a todas as demais. Nesse sentido, basta não apenas um conjunto de práticas sustentáveis, mas uma espiritualidade e uma ontologia: somos feitos de relações, dependentes uns dos outros, e chamados à comunhão com toda a criação.

A ontologia relacional proposta na *Laudate Deum* representa uma verdadeira reantropologização: o ser humano é visto não como agente de domínio, mas como ser-em-relação, vulnerável, interdependente. Trata-se de um deslocamento radical da posição central do sujeito moderno. A “chave de interpretação da existência”, que hoje está nas mãos da razão instrumental, deve ser restituída a uma compreensão que integre dimensões espirituais, comunitárias e ecológicas.

O ponto culminante da crítica de Francisco é, sobretudo, de ordem ontológica, apesar do caráter pragmático³ da Exortação. Não estamos apenas diante de uma crise ambiental, mas de uma crise da própria forma de ser da humanidade. O paradigma tecnocrático, que tem sua centralidade antrópica, tornou-se uma ontologia implícita: define o que é real, o que tem valor, o que merece existir. Sua lógica é excludente: tudo o que não pode ser traduzido em valor de mercado torna-se invisível ou descartável.

A afirmação de que “a origem humana – “antrópica” – da mudança climática já não se pode pôr em dúvida” (LD, 11) expressa o consenso científico atual sobre a responsabilidade direta das atividades humanas no aquecimento global. No entanto, Francisco não para nessa constatação. A persistência de um modelo civilizacional baseado no extrativismo, no consumo desenfreado e na urbanização desordenada revela que a crise climática não é apenas uma questão técnica ou ambiental, mas profundamente ética e civilizatória, humana e por isso de interesse teológico. Diante disso, torna-se urgente repensar a própria “habitação” humana no planeta. Repensar não apenas no sentido físico ou arquitetônico, mas na forma como o ser humano se insere e interage com o mundo natural. Reconsiderar essa habitação implica redimensionar nossas práticas econômicas, sociais e culturais, buscando modos de viver que não reproduzam a lógica destrutiva que nos trouxe até aqui.

Repensar a habitação é como disse Francisco, considerar que o que vivemos hoje não é simplesmente “um mundo que muda”, mas uma mudança de época, em outras palavras uma transformação profunda e estrutural que altera os fundamentos da convivência humana, da organização social e da própria subjetividade. Essa mudança não se limita à superfície das práticas econômicas ou às inovações tecnológicas: ela toca o núcleo do modelo civilizacional. O sistema produtivo, centrado na obsessão pelo crescimento ilimitado, na fé cega na técnica e na absolutização do mercado, entrou em colapso ético, ecológico e existencial. A automação crescente e a financeirização da economia tornaram o trabalho cada vez mais escasso e precário, desorganizando os laços sociais e produzindo vastas zonas de descarte humano. Como insiste Francisco, não se trata apenas de uma crise, mas da falência de um paradigma: a lógica tecnocrática que prometia emancipação acabou por produzir exclusão e devastação. Superar esse momento exige mais do que reformas: exige uma conversão cultural profunda, uma nova visão do ser humano e do mundo. É o tempo de reconstruir o sentido do comum, de habitar a Terra de modo reconciliado, guiados não pela lógica da exploração, mas pela espiritualidade do cuidado.

Francisco não se furta a este realismo: essa policrise “trata-se dum problema social global que está intimamente ligado à dignidade da vida humana.” (LD, 3). Constatar isso na vinculação com a dignidade humana é perceber que essa afirmação desloca o eixo da discussão: trata-se de uma crise de mundo que fere o coração da garantia de sociabilidade, e não apenas de um problema de gestão de recursos. A solução exige mais do que “soluções sustentáveis” de um modo de produção “verde”: exige outra forma de viver, de produzir, de relacionar-se.

3 A exortação foi escrita com foco especial nos líderes e agentes globais que participariam da COP28, realizada em dezembro de 2023.

A crise do valor é também, em certo sentido, crise da subjetividade, pois moldamos nossos afetos e nossos desejos conforme os imperativos da eficiência e do consumo.

Francisco é incisivo ao afirmar que “buscar apenas um remédio técnico para cada problema ambiental que aparece, é isolar coisas que, na realidade, estão interligadas e esconder os problemas verdadeiros e mais profundos do sistema mundial” (LS, 111). Embora reconheça o valor de alguns avanços tecnológicos, ele alerta que essa abordagem fragmentada e imediatista corre o risco de perpetuar a lógica do “consertar, remendar, retocar” enquanto, no fundo, o processo de deterioração continua avançando. A confiança cega na técnica, desvinculada de uma crítica estrutural ao modelo de desenvolvimento, não apenas falha em enfrentar as causas profundas da crise, como também revela um “pragmatismo homicida, como pontapear uma bola de neve” (LD, 57).

Francisco, no entanto, não é contrário à técnica nem ao progresso, tampouco adota uma postura conservadora ou nostálgica de um mundo pré-moderno. Sua crítica não recai sobre a existência da técnica em si, mas sobre seu uso desvinculado de qualquer horizonte ético ou relacional. Como ele afirma, “um ambiente saudável é também o produto da interação humana com o meio ambiente, como sucede nas culturas indígenas e aconteceu durante séculos em várias regiões da terra. Muitas vezes os grupos humanos “criaram” o meio ambiente, remodelando-o de algum modo sem o destruir nem pôr em perigo.” (LD, 27), ou seja, o progresso verdadeiro só é possível quando preserva e cultiva uma relação equilibrada entre o ser humano e a natureza.

O problema surge justamente quando essa saudável relação é destruída, algo claramente visível nas lógicas neoliberais, que, em nome da produção e do lucro, exploram a Terra de maneira predatória, transformando os ecossistemas em mera matéria-prima a ser exaurida. Nesse contexto, a técnica deixa de ser instrumento de cuidado e torna-se vetor de devastação. Francisco destaca que “o grande problema atual é que o paradigma tecnocrático destruiu esta relação saudável e harmoniosa. Contudo, a indispensável superação deste paradigma tão nocivo e destruidor não se encontra numa negação do ser humano, mas passa pela interação dos sistemas naturais com os sistemas sociais” (LD, 27). Sua proposta não é regressiva, mas busca reconstruir uma convivência integral, onde o desenvolvimento técnico se harmonize com justiça social e equilíbrio ecológico. Por isso, o ser humano não é um fator externo que apenas danifica o ambiente, mas parte integrante da natureza, com vida, inteligência e liberdade que enriquecem e mantêm o equilíbrio do planeta.

Trata-se, então, de mudar a habitação, e não apenas as práticas. Ou seja, não basta adaptar comportamentos ou reformar instituições (LD, 57), é necessário superar, nesse sentido, o pragmatismo homicida. Mudar a habitação é alterar o chão existencial onde construímos nossa humanidade: o fundamento de nossa antropologia. Isso exige uma conversão mais profunda, que atinge o coração, reconfigura os afetos e reorganiza os desejos. Francisco reconhece essa urgência ao afirmar que os movimentos populares são os “poetas sociais”, aqueles que, a partir das margens, sonham e criam formas alternativas de habitar o mundo.

Esses movimentos não oferecem apenas demandas pontuais ou reivindicações práticas; oferecem visões, símbolos e experiências concretas de uma outra forma de vida, baseada na solidariedade, no cuidado e na justiça. Eles nos ajudam a imaginar e a experimentar novas habitações espirituais, políticas e econômicas que rompem com a lógica da exclusão e nos abrem à construção de um outro mundo possível.

A ecologia integral aparece, então, como contra-paradigma. Seu ponto de partida é a escuta: “o grito da Terra e o grito dos pobres” (LS, 49). Essa escuta é uma mudança epistêmica: rompe com a neutralidade da racionalidade tecnocrática e recoloca no centro a vida concreta, o sofrimento, a dignidade. O paradigma tecnocrático absolutiza a forma e elimina o conteúdo; a ecologia integral reabilita o conteúdo e relativiza a forma.

O paradigma tecnocrático não é um simples desvio, mas a culminância de uma lógica histórica que absolutizou a razão instrumental, reduziu a vida à eficácia e desfigurou o humano. Superá-lo exige mais do que reformas: exige outra interpretação da existência, que reconheça a vulnerabilidade, a interdependência e a sacralidade da vida. E, nesse esforço, a ecologia integral não é apenas uma proposta pastoral ou ambiental, mas uma nova metafísica do comum, uma nova antropologia e uma nova política.

Francisco lembra que o impacto da crise climática recai sobretudo sobre os mais pobres, embora eles sejam os menos responsáveis por ela (LD, 9). Essa constatação revela o caráter estruturalmente injusto do sistema. Escutar os pobres não é fazer assistência: é reformular a racionalidade dominante a partir dos excluídos. É uma inversão civilizatória.

CONCLUSÃO

A análise da *Exortação apostólica Laudate Deum*, do Papa Francisco, revela que a crise contemporânea transcende as dimensões meramente econômica e ambiental, configurando-se como uma crise civilizacional de cunho ontológico. Demonstrou-se que o paradigma tecnocrático e a racionalidade econômica dominante não operam apenas como ferramentas, mas se converteram em uma verdadeira ontologia, um filtro totalizante da realidade que absolutiza a eficiência, a acumulação e o controle, moldando intrinsecamente a compreensão do ser e do mundo. Essa lógica instrumentalista e autorreferente conduz inexoravelmente à reificação do ser humano e da natureza, reduzindo-os a meros recursos e meios para o lucro, em uma estrutura que o Pontífice categoriza como uma economia que mata.

Diante desse diagnóstico radical, Francisco propõe uma reorientação antropológica e existencial. A verdade teológica fundamental de que não somos Deus emerge como um possível princípio-chave para a superação do paradigma tecnocrático. Essa afirmação remete à finitude humana, à dependência da criação e à necessidade de um cuidado relacional com o mundo, postulando uma ontologia relacional que reconhece o valor intrínseco de toda criatura e a interconexão de todos os seres.

Nesse horizonte, a Ecologia Integral apresenta-se como o “contra-paradigma” necessário, rompendo com o pragmatismo homicida das soluções meramente técnicas e convocando a uma conversão cultural profunda e à mudança da habitação humana no planeta. A escuta do grito da Terra e o grito dos pobres não se configura como um ato de caridade pontual, mas como uma inversão civilizatória que exige reformular a racionalidade dominante a partir da perspectiva dos excluídos, evidenciando o caráter estruturalmente injusto do sistema. Essa abordagem integral convida a uma conversão cultural e espiritual profunda e a mudar a habitação, uma transformação existencial que altera o fundamento antropológico da humanidade e supera o pragmatismo homicida das soluções meramente técnicas e fragmentadas.

Em última instância, a teologia pastoral é interpelada a assumir um papel profético e crítico, reconfigurando seus referenciais à luz de uma antropologia relacional e solidária. O desafio reside em fomentar comunidades que não apenas denunciem a lógica sacrificial do trabalho moderno e a exclusão sistêmica, mas que também antecipem e encarnem uma nova habitação do mundo, fundamentada na dignidade, no cuidado e no bem comum. Somente assim a pastoral poderá ser um sinal visível de uma esperança que culmina em uma economia da vida, onde o ser humano é compreendido como fim, e não como meio, e a existência é reconciliada com a criação em sua plenitude.

REFERÊNCIAS

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. *Dialética do esclarecimento*: fragmentos filosóficos. Trad. Guido Antônio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

CASTRO, Fernando Gastal de. *A subjetividade sem valor*: Trabalho e formas subjetivas no tempo histórico capitalista. Curitiba: Appris, 2020.

FRANCISCO. *Laudate Deum*. Exortação Apostólica sobre a crise climática. Vaticano, 4 out. 2023. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/apost_exhortations/documents/20231004-laudate-deum.html. Acesso em: 13 mai. 2025.

FRANCISCO. *Carta Encíclica Laudato Si*, 'sobre o cuidado da casa comum. Vaticano, 24 mai. 2015. Disponível em: https://www.vatican.va/content/francesco/pt/encyclicals/documents/papa-francesco_20150524_enciclica-laudato-si.html. Acesso em: 13 mai. 2025.

Texto enviado dia 30/06/2025, aprovado dia 30/11/2025.

Ruan de Oliveira Gomes: Graduado em Filosofia pela PUC Minas, graduando em Teologia pela Faculdade Jesuíta de Filosofia e Teologia (FAJE). Pesquisa financiada pelo CNPQ (Bolsa Iniciação Científica). E-mail: ruan.mariae@gmail.com; Orcid: <https://orcid.org/0009-0004-9741-3289>

Endereço Postal: Rua Guajará, n.25, Bairro: Dom Cabral,

CEP: 30. 535. 370 – Belo Horizonte, MG

Avaliador: Manoel José de Godoy

Editor: Geraldo Luiz De Mori